

COISAS DA POLÍTICA

■ DORA KRAMER

À sombra de 1989

Enquanto o condomínio governista assume com desenvoltura o discurso da separação eleitoral, pelo qual a aliança estará sem sombra de dúvida desfeita na próxima disputa para presidente, em conversas mais fechadas os mesmos personagens consideram fortemente a possibilidade de chegar a 2002 com candidato único. Esta é uma discussão que vai contra a corrente atual, que prega e estimula as candidaturas próprias, o cerne das escaramuças em curso.

Só que as coisas podem não vir a se passar exatamente assim. O que se faz por enquanto é um raciocínio simples: se PMDB, PSDB e PFL – ou mesmo um dos três – dispuser de candidatos com condições inequívocas de chegar ao segundo turno, os atuais projetos solo poderão ser tocados. Mas se a conta que se fizer – já na frente e à luz do cacife de votos de cada um nas próximas eleições municipais – resultar numa fragmentação que prenuncie o desastre já na primeira fase do pleito, não haverá saída a não ser manter o consórcio de 1994.

Hoje parece até absurda essa análise, mas ela está calada no exame do passado recente. Em 1985 mais ou menos as mesmas forças se uniram em torno da candidatura de Tancredo Neves ao Colégio Eleitoral. O transcorrer dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte e o fracasso da política econômica do governo José Sarney encarregaram-se de desfazer a Aliança Democrática.

Parte do PFL – a ala de Jorge Bornhausen e Marco Maciel – e a parcela do PMDB que depois viria a fundar o PSDB, abandonaram Sarney à própria sorte, distanciaram-se do governo, fizeram oposição quando tinham o poder e saíram na eleição de 1989 com candidatos próprios.

Resultado: nenhum deles chegou ao segundo turno. Mário Covas, do PSDB, Aureliano Chaves, do PFL, e Ulysses Guimarães, do PMDB – os dois últimos com votações sofríveis –, representavam a maioria no Congresso. No entanto, o segundo turno daquela eleição foi disputada entre um arrivista, Fernando Collor, e um candidato politicamente e partidariamente minoritário, Luis Inácio Lula da Silva.

A repetição de um quadro como esse é o que se pretende evitar ao se tratar, no âmbito do campo que hoje é majoritário, da possibilidade de a aliança vir a ser mantida para a eleição de 2002.

Ali podem vigorar divergências, mas não prevalece a menor disposição de abandonar o poder. Exatamente o que foi feito no governo Sarney e agora já há quem analise que foi um erro deixá-lo à matroca nas mãos não dos aliados que queria mas dos que sobraram, não aceitar os cinco anos de mandato com parlamentarismo e, além de passar de governo a oposição, entregar o poder a um *de fora*, como Fernando Collor de Mello.

Como se considera também que, ainda que haja candidatos separados e que um deles venha a ganhar a presidência terá necessariamente de recorrer aos mesmos parceiros para governar, não seria absurdo nenhum deixar tudo como está.